

O JORNAL COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO: CONSTRUINDO CIDADANIA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA NA EDUCAÇÃO

Data de submissão: 02/01/2025

Data de aceite: 21/01/2025

Aline Louize Deliberali Rosso

Doutora (2017) e Mestre (2011) em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Jornalista (2008) formada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e pesquisadora pela mesma instituição. Desenvolve pesquisas na área de Identidade Profissional, Jornalismo e política, Assessoria de Comunicação e Assessoria de Imprensa

Clara Ribeiro

Graduada em Jornalismo pela UEPG

Thalita Mainardes Rocha

Graduada em Jornalismo pela UEPG e pós-graduada em Assessoria, Gestão da Comunicação e Marketing pela Universidade Positivo

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo tem o objetivo de abordar, de forma teórica, a importância da utilização de produtos jornalísticos na sala de aula. Com a pretensão de ser uma reflexão para os dois campos do conhecimento, são abordados aqui alguns conceitos que servem para problematizar o contexto atual que a sociedade vivencia.

A educação, enquanto prática formadora de sujeitos críticos e conscientes, desempenha um papel fundamental no processo de emancipação humana, política e social. No contexto atual, em que a sociedade está cada vez mais imersa no fluxo de informações mediadas por múltiplos canais, torna-se essencial refletir sobre as ferramentas que podem ser utilizadas para fomentar a alfabetização crítica e a cidadania. Nesse cenário, o jornal se configura como um recurso pedagógico potente, capaz de articular conteúdos acadêmicos com a realidade cotidiana e, simultaneamente, promover a reflexão sobre temas sociais, culturais e políticos.

Este texto propõe analisar a importância do jornal como instrumento de formação crítica e cidadã no ambiente escolar, com foco no seu potencial para ajudar os alunos a desenvolver uma leitura crítica da mídia e da realidade. A partir de autores como Kellner e Share (2008), Adorno (1995) e Tonet (2014), serão discutidos os aspectos fundamentais da emancipação humana e o papel da educação na formação de indivíduos capazes de questionar as narrativas dominantes e transformar a sociedade. O objetivo é, assim, demonstrar como o jornal pode ser uma ferramenta eficaz na construção de uma educação que vá além do simples repasse de informações, sendo um catalisador para o desenvolvimento de uma consciência crítica, política e social nos alunos.

Compreende-se que os meios de comunicação possuem um lugar de destaque e a informação faz parte do cotidiano da maioria das pessoas (ALSINA, 2009). Contudo, por mais que esteja mais fácil o acesso às informações, a população também está exposta a um número grande de desinformação. Como auxiliar no processo de identificação do que uma notícia com credibilidade de um material suspeito? Talvez a relação entre jornalismo e educação possa ser um ponto de partida.

HISTÓRICO DO USO DO JORNAL NA SALA DE AULA

Os meios de comunicação são parte da constituição da sociedade atual e seriam peças importantes na construção de um senso crítico dos cidadãos, já que é por meio da imprensa que ele teriam contato com denúncias sociais relevantes (Silva, 2012).

O caráter pedagógico da mídia que ensina os diferentes papéis sociais legitima alguns conhecimentos em detrimento de outros, impõe um arbitrário cultural e até fortalece formas sensório-motoras e intelectuais de apreensão de conhecimentos que vão interferir na aprendizagem de conhecimentos que vão interferir na aprendizagem normal, vivenciada na escola. (Subtil, 2006, p. 52).

Ana Maria Concentino Ramos (2006), em “Virando a página – o jornal na sala de aula”, faz uma linha do tempo sobre as primeiras utilizações do jornal na sala de aula. Para ela, apesar da historiografia não oferecer informações precisas e não se poder garantir o exercício efetivo da prática, a cronologia sobre o uso do meio de comunicação para inserir crianças aos acontecimentos da sociedade começa em 1795, quando um artigo publicado pelo *Eastern Herald*, no Estado do Maine, Estados Unidos, se dirigia aos pais requisitando atenção aos jornais:

Você deseja que seu filho melhore a leitura, dê a ele um jornal; ele fornece uma variedade de coisas... Se você quer instruí-lo sobre geografia, nada vai falar da situação de diferentes lugares como as histórias dos acontecimentos publicados nos jornais; se você quer seu filho informado sobre os problemas do país ou da cidade, como fazer negócios, públicos ou privados, dê a ele um jornal; os jornais são abundantes e baratos; é o mais barato livro que se pode comprar e quanto mais você compra, melhor para suas crianças, pois cada parte de um jornal fornece informações valiosas (SULLIVAN, 1992 apud Ramos, 2006, p.48).

A linha do tempo segue (Ramos, 2006) mencionando a publicação do *New England Journal Education*, de 1875, que sugeria que os alunos levassem à escola notícias de jornal e revista para fazerem uma leitura, defendendo que essa atividade estimularia a observação da realidade. No século XX, segundo a autora, o uso pedagógico do jornal se torna mais defendido.

Devido à falta de registros anteriores, as práticas de leitura do jornal na escola começaram em 1932, de acordo com Ramos (2006). Na época, a população vivia a “Grande Depressão”, então, professores buscaram o jornal *New York Times* para solicitar exemplares para fazer a leitura com os alunos na sala de aula. Esse exemplo é seguido até hoje por jornais de todo o mundo.

Segundo registros, em 1939 foi publicado o primeiro livro com sugestões sobre o uso do jornal como instrumento na sala de aula, por iniciativa do jornal *Milwaukee Journal* (Ramos, 2006). A publicação trazia atividades realizadas pelos estudantes em diversas áreas, como saúde, artes e ciências. Buscando compreender como funcionavam essas atividades e, principalmente, como tinham influência na vida dos estudantes, em 1950 o *New York Times* patrocinou uma pesquisa nos Estados Unidos que atestou que o jornal fazia parte da rotina escolar (Ramos, 2006). No ano 2000, o projeto *Newspaper in Education*, com cenário na cidade de Nova Iorque, se faz presente em quarenta países por todo o mundo, atendendo a crianças de várias classes e raças (Ramos, 2006).

No Brasil, iniciativas como essa surgiram em 1980 e eram organizadas por empresas jornalísticas (Ramos, 2006). Ana Maria Concentino Ramos (2006), pontua que a demora para alcançar as escolas se deve à necessidade de aguardar o desenvolvimento da imprensa no país, além do interesse do sistema educacional na adoção de novas metodologias.

Em 1994, o *Diário de Natal* decide, seguindo a tendência de outras empresas jornalísticas internacionais, criar um programa de incentivo à leitura de jornais, chamado “Projeto Ler”, que complementava outros projetos já executados pela empresa (Ramos, 2006). O objetivo era incentivar o hábito da leitura, de forma crítica, com o acesso aos jornais e visitas à redação. A partir desse momento, então, começaram a surgir, país afora, projetos que buscam levar o jornal à sala de aula como forma de incentivo à leitura.

Com toda cronologia que seguiu com grandes nomes de veículos aderindo ao apoio do uso pedagógico do jornal, podemos concluir que tornar os estudantes parte do público, analisando de forma crítica e abrindo debate, é relevante para a discussão da realidade. Como as pesquisas já previam 300 anos atrás, o jornal faz parte da rotina da sociedade, não perdendo esse papel com o advento das novas tecnologias. A escola, como ambiente social e de aprendizagem, faz parte desse vínculo do público com o veículo.

A mídia é responsável por gerar a realidade social, portanto o processo de construção da realidade social depende completamente da prática produtiva do jornalismo (ALSINA, 2009). A relação entre jornalismo e educação parte do conceito do jornalismo como forma de conhecimento. Nessa perspectiva o jornalismo é ferramenta chave para a compreensão do contexto do mundo social.

É nessa perspectiva que o jornalismo se impõe, de maneira angular, como possibilidade dos indivíduos em participar do mundo *mediato* pela via de sua feição dinâmica e singular, como algo sempre incompleto, atribuindo significações e totalizando de maneira permanente como se estivessem vivendo na imediatividade de sua aldeia. (GENRO FILHO, 1987)

Sendo assim, a introdução do Jornalismo à sala de aula colabora para a construção do conhecimento escolar e na compreensão do mundo, acrescentando muito à formação do estudante. Como afirma o autor, o jornalismo dá possibilidades de participação. Isso inclui também proporcionar vivência e outros pontos de vista para ser parte da bagagem que formará um todo do que é e pensa um cidadão.

O JORNAL NA SALA DE AULA NA PRÁTICA

Atualmente, a informação e os meios de comunicação fazem parte dos nossos hábitos e do nosso cotidiano. A vivência do mundo mediado, defendida por Kellner e Share (2008) interfere na construção de valores e opiniões. Tudo o que faz parte do cotidiano interfere nos nossos processos pessoais: formação de caráter, ideais, princípios, gostos, entre outros fatores que fazem parte da construção do indivíduo.

Para Vani Kenski (2005), a grande missão das escolas é ser um espaço crítico, onde os alunos refletem sobre aquilo que têm acesso nos veículos de comunicação. Nesse processo está inclusa a ideia de reconhecer a influência da mídia na formação de cidadãos. Essa influência acontece por toda a vida escolar, de forma indireta ou por meio do uso de materiais jornalísticos como instrumento didático.

Cortelazzo (2002) defende que é urgente que haja um preparo dos indivíduos para usar as tecnologias no que chama de “bombardeio de informações”, não apenas para uso, mas para o preparo de leitores críticos e escritores conscientes. Como contextualiza a autora sobre a formação necessária para esse preparo dos alunos:

É necessário que ele aprenda a ler outros meios como o rádio, a TV, o videogame, o programa de multimídia, as páginas da WWW. Ao usar as tecnologias, é fundamental que ele não se deixe usar. É essencial que os professores se apropriem, portanto, das diferentes tecnologias de informação e de comunicação, aprendendo a ler e a escrever as diferentes linguagens, representações usadas nas diversas tecnologias (Cortelazzo, 2002, s.p.).

Subtil (2006) contribui de forma significativa relacionando a educação com a comunicação. Para a autora, a ênfase das ações midiáticas em todo o círculo da educação seria composta por “ações que abrangem desde a educação para uma “recepção ativa” em todas as instâncias – família, escola e grupos sociais – até a formação de políticas nacionais de comunicação, que incluam estímulos à produção de qualidade e à formação de sujeitos” (SUBTIL, 2006, p. 53).

Para Gutiérrez (1976), até mesmo os conceitos de alfabetização e de letramento abarcam as várias mídias. Essa influência é notada na formação intelectual e de valores. Portanto, uma política bem informada de alfabetização-letramento deve considerar as potencialidades de todas as mídias existentes em sociedade (GUTIÉRREZ, 1976).

Com o poder da participação na vida dos cidadãos, desde a formação das bases a que eles se referem, os meios de comunicação podem ser um elo que aproxima professor e aluno, justamente por já fazer parte do que todos já estão acostumados, com a vantagem da facilidade de acesso e compreensão. Sendo assim, os veículos agem diminuindo distâncias entre patamares na escola.

Um caminho mais imediato de comunicação é focar mais a relação afetiva, gostar dos alunos como eles são, chamá-los para participar, aproveitar todo o potencial para motivá-los, valorizá-los, incentivá-los, surpreendê-los. Pela interação afetiva creio que conseguiremos encontrar um atalho de aproximação que superará o abismo que separa nosso universo perceptivo, racional e lingüístico. Diante dessas linguagens tão sofisticadas, a escola pode partir delas, conhecê-las, ter materiais audiovisuais mais próximos da sensibilidade dos alunos. (...) A televisão e a Internet não são somente tecnologias de apoio às aulas, são mídias, meios de comunicação. Podemos analisá-las, dominar suas linguagens e produzir, divulgar o que fazemos. Podemos incentivar que os alunos filmem, apresentem suas pesquisas em vídeo, em CD ou em páginas WEB – páginas na Internet. E depois analisar as produções dos alunos e a partir delas ampliar a reflexão teórica. A escola precisa observar o que está acontecendo nos meios de comunicação e mostrar isso na sala de aula, discutindo tudo com os alunos, ajudando-os a que percebam os aspectos positivos e negativos das abordagens sobre cada assunto. Fazer (re)-leituras de alguns programas em cada área do conhecimento, partindo da visão que os alunos têm e ajudá-los a avançar de forma suave, sem imposições nem maniqueísmos (bem x mal) (Kenski, 2005).

Mais do que aproximar professores e alunos transmitindo conhecimento e informações, os meios de comunicação podem ajudar a ensinar lições, valores, conceitos, ideias etc. Para Anhussi (2009), as mídias podem fazer parte do ensino pedagógico no desenvolvimento de várias habilidades.

As informações jornalísticas em sala de aula podem contemplar o desenvolvimento acadêmico pela informação e tem como foco originar uma leitura crítica, assim como, esclarecer ao educando a realidade dos problemas sociais e, ao mesmo tempo, propiciar o desenvolvimento do raciocínio, o aumento da capacidade de questionamentos e abrangência do conteúdo escolar e cultural (Anhussi, 2009, p. 32).

A autora defende, ainda, que o aluno não é passivo diante das mensagens que consome (Anhussi, 2009, p. 34). Por isso, é necessário que a escola prepare e forme seus alunos para uma leitura crítica, indo contra fundamentos de desigualdade e injustiça na sociedade (Anhussi, 2009, p. 37). Vânia Lúcia Quintão Carneiro (2005) reforça essa ideia de escola como espaço de incentivo ao pensamento crítico nas mídias:

(...) a escola prescinde de ser instituição de repasse de informação para tornar-se lugar formador de pensamento, compreensão, interpretação. Preparar jovens para consumir com seletividade e criatividade a TV é com eles desenvolver competências para a análise e a crítica a partir de linguagens, produção e recepção. (Carneiro, 2005, p.158)

É necessário também valorizar a participação dos estudantes em análises e produção de materiais para veículos de comunicação, que podem ser seus próprios veículos ou repassado para outros, é importante que neste processo esteja inclusa uma reflexão crítica sobre as mídias. A escola é um espaço para debate, onde os alunos podem (e devem) expor suas ideias, de forma que possam ser cada vez mais e melhor orientados por seus professores. Zanchetta (2007) defende:

As propostas educacionais não descartam a componente política, tendo como projeto a apropriação das tecnologias pelos estudantes, justamente para torná-los sujeitos da/cultura midiática. Nesse sentido, valorizam-se a capacidade de discernimento, de seleção, de resistência e de proposição das pessoas para aquela cultura. Mas aí reside uma segunda questão para a mudança de acento na perspectiva educacional: estimular formas de interação com os MC pelas pessoas não implica antes legitimar os modos de dizer e de conduzir a comunicação por esses meios? Instrumentalizar, sob essa ótica, significa não apenas estudar aspectos de construção técnica e política das mensagens, mas a revisão da estrutura midiática e da construção de práticas sociais para se lidar com ela (Zanchetta, 2007, p. 1469).

Nesse sentido, o debate sobre as mídias tende a ser, ainda, um forte tema para abranger um leque de outros temas, como problemas sociais, coletividade, educação, política, entre outros. Tudo isso faz parte do processo de construção de valores e senso crítico de futuros cidadãos, por isso, deve-se reforçar também a necessidade de manter o conceito de cidadania sempre presente. Aqui, entende-se por cidadania o que diz Touraine (1996, p. 97): “é a responsabilidade política de cada um e, portanto, defende a organização voluntária da vida social contra as lógicas não políticas, que alguns acham ser ‘naturais’, do mercado, ou do interesse nacional”.

Porto (2006) defende que dentro da “pedagogia da comunicação”, temáticas sobre o cotidiano discente e construção de elementos expressivos de cultura dão ao sujeito uma compreensão e consciência sobre a realidade ao seu redor. Essa visão é relevante para a percepção de que é necessária a leitura crítica dos meios de comunicação desde o ambiente da escola, para que na vida do cidadão esse criticismo esteja presente.

Assim, a escola, ao utilizar temas do cotidiano discente e linguagens tecnológicas e comunicacionais em processos de formação docente:

- trabalha com um material que faz parte do dia-a-dia dos sujeitos escolares e é agradável a eles;
- introduz a vida na escola, chegando por meio de textos imagéticos às inquietudes, interesses e dúvidas de professores e alunos sobre temas vitais;

- envolve os docentes em experimentações pedagógicas com novas linguagens;
- faz aflorar percepções e situações vividas no dia-a-dia, que interferem em sua prática profissional;
- propicia aprendizagens para além das racionalidades, envolvendo sensibilidade, intuição, emoção e desejo;
- possibilita interação entre os professores, destes com os estudantes, e de ambos com os conhecimentos escolares e as tecnologias;
- aumenta o poder de decisão e de criação dos sujeitos;
- colabora não só com a formação do sujeito crítico, mas conduz à formação do cidadão crítico (PORTO, 2006, p. 56).

As conclusões da autora citadas acima servem como fundamento para justificar a nossa percepção do uso dos meios de comunicação na escola, em especial os dois últimos citados. A formação do cidadão crítico é essencial no contexto de vivência de um mundo totalmente permeado pelos meios de comunicação.

O CONHECIMENTO JORNALÍSTICO PARTICIPATIVO NA EMANCIPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Nessa secção apresentam-se os conceitos de emancipação humana, emancipação política e cidadã como fundamento para a justificar a importância dos alunos terem contato com o jornal desde a infância.

Para Bini e Garcia (2013), o “letramento midiático” torna os alunos conscientes da persuasão e da propaganda ideológica implícita nos meios de comunicação, o que os torna mais críticos diante do conteúdo. Para os autores, o “letramento” é efetivado quando são derrubadas barreiras individuais e institucionais que impedem a inclusão dos meios comunicacionais no ambiente escolar, isto sendo possível apenas através de projetos e profissionais de educação e da comunicação para ensinar a leitura crítica.

Neste sentido, a área de Educomunicação tem grande contribuição na aproximação entre os meios de comunicação e os alunos, para construir o processo de letramento midiático. A Educomunicação tem como proposta:

aproximar as relações da comunicação com a educação, criando um campo de diálogo entre comunicadores e educadores em todo o mundo, onde o ponto fundamental é o compartilhamento de conhecimentos, com vistas a contribuir para o desenvolvimento das áreas e consequentemente para a sociedade contemporânea. Essa aproximação entre a comunicação e a educação não acontece por mero acaso, vem em um momento importante e ao mesmo tempo conturbado na educação, pois deriva da influência que a evolução tecnológica dos meios de comunicação tem exercido na sociedade, na cultura, na forma de ser e de relacionar dos sujeitos (RIOS; SILVA, 2015, p. 3).

A Educomunicação oportuniza a exploração de recursos tecnológicos e midiáticos para promover o desenvolvimento do aluno enquanto indivíduo coletivo, com papel participativo e interventivo na sociedade e realidade em que vive. Além disso, forma indivíduos mais comprometidos com fatores de sua vivência como justiça e solidariedade. Apesar dos favorecimentos, esse processo impõe também desafios aos profissionais envolvidos (RIOS; SILVA, 2015). Os autores reforçam ainda, para a introdução da Educomunicação às escolas:

o primeiro passo para iniciar um projeto educ comunicativo consiste em conhecer a realidade da escola, saber como funciona o ecossistema comunicativo e buscar percebê-lo como espaço de convivência das pessoas onde se realizam ações comunicativas. Outra questão importante é analisar como ocorre a comunicação no ecossistema, ela é realizada de forma aberta, participativa, bidirecional e dialógica, ou é algo, que acontece de forma fechada, centralizada, unidirecional e monológica. Depois de feito esse diagnóstico se torna possível (RIOS; SILVA, 2015, p. 11)

Devido à importância da formação de leitores críticos e a quantidade de propaganda ideológica que circula nos meios de comunicação, o uso das mídias em sala de aula é essencial. Não só como recursos didáticos tecnológicos, mas também como meio de leituras que fazem parte da aprendizagem. Com isso, o professor tem a possibilidade de desenvolver leitores competentes, capazes de analisar as inferências nestes meios (BELETTE; GIACOMELLI, 2006 apud RIOS; SILVA, 2015).

Evidências de pesquisas indicam que as experiências dos alunos com a leitura do jornal e com o uso das tecnologias podem levar à formação do leitor crítico e, em consequência, a formas de emancipação (ANHUSSI, 2009; KENSKI, 2005). A base deste fundamento considera que ao ler o jornal e debater sobre as informações, os alunos constroem opiniões e valores que constituirão os seus modos de pensar e agir em sociedade.

Segundo Abbagnano (2007), emancipação é a

libertação da humanidade em relação a qualquer tipo de vínculo religioso, político, econômico, etc que impeça sua plena realização. O ideal da emancipação caracteriza movimentos díspares, como o iluminismo, o marxismo, o positivismo, etc e é típico da modernidade e da sua ideia de progresso (ABBAGNANO, 2007, p. 362)

Ainda para Abbagnano (2007), no marxismo há a distinção entre emancipação política e emancipação humana. A primeira se limita a igualar os indivíduos diante da lei. A segunda implica na “superação das desigualdades reais” (p. 362), ou seja, a ideia de uma democracia substancial em que os homens não sejam iguais não só plano político (democracia formal), mas também no plano econômico (mesmo nível de bem estar para todos). Para Abbagnano (2007), Habermas e os neomodernos consideram que o ideal progressista de emancipação, ou seja, projeto de uma sociedade de sujeitos livres e desalienados, não foi ainda atingido, mas está ainda “inacabado”.

A educação tem um papel essencial para a emancipação política e cidadã, bem como para a emancipação humana, pois oferece a base dos conhecimentos técnicos mais específicos e de mundo, colaborando na construção de valores e opiniões, assim como tem também por função o Jornalismo. Para alcançar um ideal de cidadania, que faz parte da emancipação política, é preciso desenvolver os valores políticos, críticos e cidadãos do indivíduo.

Alsina (2009) defende que “a mídia possui um conteúdo que interpreta, segundo os conceitos implícitos ou explícitos e ideológicos do mundo, a realidade social representada” (p.79). Por isso, a representação da sociedade pela mídia constrói conceitos e visões para o indivíduo.

O Jornalismo, como forma de conhecimento, pode (e deve) acrescentar conhecimento de mundo ao público, colaborando, assim, para a emancipação.

Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o produzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social (MEDITSCH, 1998, p. 28)

Na chamada “cognição social”, em que o indivíduo recebe e assimila as informações do conhecimento gerado pelo Jornalismo, acontece o processo da construção do indivíduo com valores de cidadania e criticismo. Na escola, agindo como ponte entre jornal e aluno, o conhecimento se torna parte do aprendizado. Alguns autores reforçam a necessidade de se atentar para os veículos que almejam o contrário disso na sua linha editorial. Essa avaliação também faz parte do aprendizado da alfabetização para mídias.

Para Kellner e Share (2008), a expansão das novas tecnologias e “bombardeio comercial” sobre as crianças contribuem para uma vivência de um mundo mediado, criando novas possibilidades, mas, ao mesmo tempo, dá potencial a empresas e ao governo para ampliar o controle sobre os meios comunicacionais. Isso inclui, também, a restrição do fluxo de informações. Os autores reforçam, ainda, que o volume de informação faz crescer também a diversidade de ideias e pessoas. Porém, ao contrário disso, reduz a pluralidade cultural, pela homogeneização comercial disseminada pelos mercados globais com as facilidades das novas tecnologias de comunicação e informação. Os autores defendem que “a necessidade de instrução aberta e da estruturação crítica garante que os alunos se envolvam criticamente com textos para compreender as interconexões e os sistemas de poder” (2008, p. 11).

É importante ressaltar que a discussão dos jornais em sala de aula também deve abranger esse sentido “negativo” das mídias, não apenas a leitura e discussão dos fatos exatamente como são expostos. Como já defendido pelos autores, em alguns casos, bastante recorrentes, os meios de comunicação têm por objetivo o convencimento, ideológico ou comercial. Por isso, para Kellner e Share (2008) é necessária a alfabetização crítica da mídia, definida por eles como:

A alfabetização crítica da mídia é uma resposta educacional que amplia a noção de alfabetização, incluindo diferentes formas de comunicação de massa, cultura popular e novas tecnologias. Ela também aprofunda o potencial da alfabetização para analisar criticamente relações entre a mídia e as audiências, informação e poder. Com essa análise corrente, a produção de mídia alternativa dá aos alunos o poder de criar suas próprias mensagens, que podem desafiar textos e narrativas de mídia (KELLNER; SHARE, 2008, p. 5)

Kellner e Share (2008) defendem que a incorporação da produção de arte e mídia à Educação torna possível o oferecimento de aprendizado mais “experimental” e até mesmo divertido e expressivo. Para os autores, a abordagem que transcende as habilidades técnicas ou apreciações relativistas e traz a cultura popular para a educação recorrente, o que pode ser um incentivo para os alunos tem potencial para alfabetização crítica e transformadora da mídia. As diferentes abordagens para a alfabetização midiática não são modelos “fechados”, mas pontos de referência interpretativos como chamam Kellner e Share (2008), que guiam os educadores nos objetivos e estratégias. Para os autores, “a busca pela alfabetização crítica da mídia é importante para identificar os elementos e objetivos necessários para a boa pedagogia midiática”.

Para Oliveira (2008, p. 5), “parece que as pessoas não são educadas para a emancipação”. A autora afirma a ideia de que o que ela chama de “talento” rege a trajetória acadêmica, excluindo as pessoas que “não aprendem e não têm talento”. Então, a saída deveria ser repensar a educação para levar ao “esclarecimento” (Oliveira, 2008). O “talento” é o conhecimento técnico, específico. Mas o conhecimento de mundo também faz parte da formação.

Oliveira (2008) faz uma reflexão, baseada em Adorno (1995), sobre a relação que a escola deve construir com os meios de comunicação para colaborar com a emancipação e esclarecimento do indivíduo a partir das experiências escolares:

Adorno sugere que nos níveis mais elevados dos colégios se proponham continuamente atividades que possibilitassem aos alunos verificarem as falsidades presentes nas mídias de massa, procurando despertar nos jovens a consciência do quanto somos enganados de modo permanente, num caminho educacional crítico e reflexivo. No entanto, essa educação para a emancipação e para a superação da barbárie deve ser pensada numa trajetória que tenha como ponto de partida a educação infantil e, como ponto de chegada, a formação permanente, ou seja, seu fim deve confundir-se com a fim da vida. Contudo, isso só será possível com uma tomada de posição decisiva pela educação para a emancipação, o que ainda não se encontra no complexo ou na literatura pedagógica, como seria de se presumir diante de tudo que vivemos hoje (OLIVEIRA, 2008, p. 6)

É preciso pensar que a emancipação envolve questões políticas, sociais e humanas, abrangendo direitos humanos e sociais. Adorno (1995) entende por barbárie, a qual a superação é decisiva, para ele, para a sobrevivência da humanidade:

Com barbárie não me refiro aos Beatles, embora o culto aos mesmos faça parte dela, mas sim ao extremismo: o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura; não deve haver dúvidas quanto a isto. Na situação mundial vigente, em que ao menos por hora não se vislumbram outras possibilidades mais abrangentes, é preciso contrapor-se à barbárie principalmente na escola. Por isto, apesar de todos os argumentos em contrário no plano das teorias sociais, é tão importante do ponto de vista da sociedade que a escola cumpra sua função, ajudando, que se conscientize do pesado legado de representações que carrega consigo (ADORNO, 1995, p. 116)

Viana (2005) defende sobre a superação da menoridade, que é resultado da emancipação:

O homem supera a sua menoridade através da experiência e reflexão. A primeira é condição da segunda. O significado da formação é mais amplo do que a simples introjeção de valores existentes e pré-determinados pois abrange o próprio processo de superação da menoridade, que ocorre através da experiência e reflexão (VIANA, 2005, p. 5).

É nesse sentido que a formação escolar participa da construção crítica e política do cidadão: não ensina apenas valores, mas faz o estudante refletir e ter experiências sobre a realidade e contexto em que vive. Isso acontece por meio da leitura dos jornais, trazendo notícias do cotidiano e com a análise desse material.

Analisando as conclusões de Oliveira (2005), que toma por base Adorno (1995), é possível perceber que a emancipação depende de uma mudança nos conceitos inerentes à sociedade. Para Oliveira (2005), a sociedade heterônoma em que vivemos, que faz o indivíduo “se manter e sobreviver”, pode fazê-lo voltar a ser não emancipado, mesmo depois de uma emancipação que acontece por meio da educação. Para Viana (2005), Adorno não se refere só ao indivíduo isoladamente, mas como um ser social, em busca da emancipação política de grupos que ele representa.

Com a emancipação política, o indivíduo torna-se capaz de buscar por seus direitos, principalmente, pelo que compõe a sua cidadania de forma efetiva. A cidadania, segundo Maia e Pereira (2014),

[...] não deve ser vista como um status que se conquista após a passar por determinadas experiências, mas como um processo de legitimação de formas de ser e fazer desde sempre cada indivíduo exercita ao longo de sua trajetória de vida, em um movimento de autorreflexão permanente (MAIA; PEREIRA, 2014, p. 323).

É essa autorreflexão que a leitura dos jornais na sala de aula favorece. Pensar sobre a realidade coletiva e individual faz com que o aluno construa seus ideais, tomando como base, também, o que ele absorve do debate sobre os temas. A emancipação humana, para Tonet (2005) é o que deve ser buscada na formação e se define por:

[...] uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem essa erradicação, é impossível a construção de uma autêntica comunidade humana. E essa erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas a sua mais completa superação (TONET, 2005, p. 4).

A emancipação humana é mais individualizada, mas não deixa de fazer parte de uma ação coletivizada por ser uma ação social. A vida em sociedade deve buscar a emancipação, por isso o papel relevante da escola na construção emancipatória.

Tonet (2014) questiona: pode a educação, na atual situação da sociedade capitalista, contribuir para a emancipação humana? O autor defende a ideia de que não é possível organizar a educação em sua forma e seus conteúdos, de modo geral, para que ela contribua para a construção de uma sociedade plenamente emancipada. Contudo, na medida em que a sociedade capitalista tem, em sua essência, uma contradição entre capital e trabalho, entende que é possível organizar, no interior da própria dimensão educativa, atividades que contribuam para a transformação radical do mundo e para a construção de uma forma de sociabilidade para além e superior ao capitalismo (Tonet, 2014).

Para o autor, é necessário que a classe trabalhadora tenha acesso ao conhecimento historicamente sistematizado e acumulado, pois sem o patrimônio – cognitivo, tecnológico e artístico – ameadado até o momento pela humanidade, seria para ela impossível tanto iluminar o processo de sua libertação como construir uma outra e superior forma de sociabilidade. “A burguesia pode opor a isso inúmeros obstáculos, mas não pode impedir totalmente, pois isso significaria a sua própria morte” (Tonet, 2014, p. 14). Porém, ainda que esse acesso da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente sistematizado seja necessário, isso não é condição suficiente para embasar a luta pela sua emancipação.

As atividades educativas de caráter emancipador são todas aquelas que “contribuem para que as pessoas tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico de que a humanidade dispõe hoje” (Tonet, 2014, p. 18). O autor apresenta as características das atividades educativas emancipatórias: a) contribuem para que as pessoas compreendam o processo histórico, desde suas origens até os dias atuais; b) permitem a compreensão da origem e natureza da sociabilidade capitalista, da lógica, da reprodução da capital, das contradições e das classes sociais; c) permitem compreender os fundamentos, a natureza e a possibilidade real de construção de uma sociedade comunista.

Consideramos que o trabalho com o jornal constitui-se em um instrumento para a realização de atividades educativas emancipatórias. No entanto, para que seja utilizado nesta perspectiva, depende dos mediadores de leitura, ou seja, os professores e outros profissionais que trabalham com projetos de leitura. A partir da leitura do jornal, pode-se retratar a realidade e o contexto social, dando ao indivíduo um conhecimento mais aprofundado sobre essas temáticas. Essa função perpassa por mudanças na percepção da sociedade, traçando uma superação dos problemas da sociedade atual, partindo da superação de cada indivíduo.

Para Rios e Silva (2015), independentemente se de escola particular ou pública, o professor é o grande agente mediador do processo de ensino-aprendizagem e os alunos estão marcados pela sociedade da informação e da comunicação, o que torna o preparo para a educação para as mídias um requisito para o ensino. Citelli (2011, p. 65) apud Rios e Silva (2015, p. 6) reforça que os programas de cursos formadores de professores passaram a incluir em seus currículos, mesmo que de forma incompleta e desordenada, disciplinas de Educação para a Mídia de forma compreensível: é o contexto em que os alunos vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo apresentou conceitos que evidenciam a relevância da utilização de produtos jornalísticos nas escolas. É possível compreender que o trabalho com o jornal em sala de aula constitui-se como uma ferramenta essencial para a construção da emancipação política, cidadã e humana dos alunos. Essa prática contribui para formar leitores críticos e engajados, capazes de analisar a realidade social em que estão inseridos. O jornal, ao trazer notícias do cotidiano e fomentar o debate sobre temas diversos, possibilita ao estudante refletir sobre a sua realidade, construir opiniões fundamentadas e desenvolver um senso crítico frente às narrativas midiáticas, muitas vezes carregadas de ideologias.

A alfabetização midiática, defendida por autores como Kellner e Share (2008), vai além do uso técnico das tecnologias e mídias. Ela promove uma análise crítica das relações entre mídia, audiências e sistemas de poder, capacitando os alunos a questionar textos e narrativas dominantes. Essa abordagem educativa, aliada ao uso do jornal, cria um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas, essenciais para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Entretanto, é preciso reconhecer que o processo de emancipação não é simples nem direto. Ele depende do papel ativo da escola, que deve atuar como mediadora entre o indivíduo e os meios de comunicação, fornecendo subsídios teóricos e práticos que possibilitem uma leitura crítica da realidade. Como destacado por Adorno (1995), a superação da barbárie – representada pelo preconceito, extremismo, genocídio e opressão – deve ser combatida através de uma educação crítica, capaz de transformar os indivíduos e a sociedade.

A emancipação humana, segundo Tonet (2014), vai além das esferas política e cidadã. Ela envolve a construção de uma sociabilidade que supere as contradições do capitalismo, permitindo que os indivíduos sejam verdadeiramente livres e desalienados. Nesse sentido, a educação desempenha um papel crucial ao oferecer acesso ao patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico acumulado pela humanidade, promovendo a compreensão crítica da história, da sociedade e das possibilidades de transformação.

Os professores, como mediadores desse processo, têm a responsabilidade de contextualizar e problematizar o conteúdo jornalístico, promovendo atividades educativas que favoreçam a emancipação dos alunos. Como defendido por Rios e Silva (2015), é essencial que esses profissionais estejam preparados para lidar com as demandas da sociedade da informação e da comunicação, utilizando o jornal como instrumento de ensino de maneira intencional e crítica.

Assim, o uso do jornal em sala de aula não se restringe a um recurso didático. Ele se configura como um mecanismo de construção cidadã, proporcionando aos alunos as ferramentas necessárias para interpretar, questionar e transformar a sociedade em que vivem. A emancipação, portanto, emerge como um objetivo educativo fundamental, alinhado ao compromisso de formar indivíduos críticos, autônomos e capazes de agir ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALDÉ, A. Prefácio In: BORGES, Juliano da Silva. **Webjornalismo: política e jornalismo em tempo real**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009
- ALSINA, M. R.. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ANHUSSI, E. C. **O uso do jornal em sala de aula: sua relevância e concepções de professores**. 172 f. Diss. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.
- BORGES, J.. **Webjornalismo: política e jornalismo em tempo real**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em 04 abr. 2017
- CANAVILHAS, J. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. BOCC—Biblioteca Online de Ciências de Comunicação, 2006.
- CANAVILHAS, J. (org.). (2014). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Universidade da Beira Interior: Livros LabCom.
- CAPUTO, S. G.. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências**. Vozes, 2006.
- CARNEIRO, V. Televisão e educação: aproximações. In: MORAN, J. M.; BIANCONCINI, M. E. (org.) **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me000701.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.
- CORTELAZZO, I. B. C.. **Pedagogia e as novas tecnologias**. In: Semana da Pedagogia: Pedagogia em Debate, 2002, Curitiba. Pedagogia em Debate -Textos Livro Virtual. Curitiba: UTP, 2002. v. 1. p. 32-39.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge. (org.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, v. 1, 1ª ed., p. 62-83, 2005.

FARIA, M. A. **Como usar o jornal na sala de aula**. [11.ed.]. São Paulo: Contexto, 2011.

FARIA, M. A.; ZANCHETTA, J.. **Para ler e fazer o jornal na sala de aula**. Editora Contexto, 2006.

GARCIA, L; BINI, P. A educomunicação como instrumento de construção de leitores críticos de mídia. *Travessias*, v. 7, n. 1. 2013.

GENRO FILHO, A. **"O segredo da pirâmide."** *Porto Alegre: Tchê* (1987).

GUTIÉRREZ, F. **Linguagem Total**. SP: Summus Editorial, 1976.

KANT, I. **Resposta a pergunta: Que é esclarecimento?** Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005.

KELLNER, J.; SHARE, J.. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. V. 29. n. 104. Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

KENSKI, V. As tecnologias invadem nosso cotidiano. In MORAN, J. M; BIANCONCINI, M. E. (org.) **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me000701.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.

LAGE, N. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. [1922] Petrópolis, Vozes, 2008

LÓPEZ, X; OTERO, M; PEREIRA, X; GAGO, M. **El nuevo profesional y las nuevas profesiones**. In: JIMÉNEZ, A. G.; RUBIO, P. R. (org.). Aproximaciones al periodismo digital. Madrid: Dykinson, 2007.

MAIA, A.; PEREIRA, M. Z.. Cidadania, educação e cotidiano. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 617-631, abr./ jun. 2014

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 7-46, Dez. 1998.

MEDINA, C. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática. 95, 96p, 1986.

MEDITSCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.25-38, jan./jun. 1998.

MORAN, J. M. BIANCONCINI, M. E. **Integração das tecnologias na educação**. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me000701.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.

MORIN, E A entrevista nas Ciências Sociais, na rádio e na televisão. In: MOLES, Abraham et alii. *Linguagem da cultura de massa*. Petrópolis. Vozes, 1973.

OLIVEIRA, G. Z. Contribuições de Adorno para repensar a educação. *Revista Pragmateia Filosófica*, Ano 2, Nº 1, outubro de 2008.

PEREIRA JUNIOR, L.. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis: Vozes, v. 70, 2006.

- Prefácio.** In: PRETTO, N. L. Do MEB à WEB: O rádio na educação. Edição 1. Belo Horizonte: Autentica, 2010. p. 9-12 371.332 d631
- PORTO, T. M. As tecnologias de comunicação e informação na escola: relações possíveis... relações construídas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 43-57, jan. /abr. 2006.
- PRETTO, N. **Uma Escola sem/com Futuro: Educação e Multimídia.** Campinas, Papirus, 1996.
- RAMOS, A. M. C. **Virando a página – o jornal na sala de aula.** Natal: Editora da UFRN, 2006.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: metodos e tecnicas.** 3.ed.rev.amp. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIOS, M. D. R.; SILVA, D. S. As contribuições da educomunicação na formação do indivíduo coletivo. **VIII Encontro de pesquisa em educação.** Uberaba, setembro de 2015. Disponível em: <https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/32.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2017.
- ROUSSEAU, J.. **Do Contrato Social.** São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- SUBTIL, M. J. D. “A mídia e a construção social da noção de infância”. In: _____. **Música Midiática e o gosto musical das crianças.** Edição 1. Ponta Grossa, Editora UEPG, 2006, p. 52-64.
- TONET, I. Cidadania ou emancipação humana. 2005. Disponível em http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/CIDADANIA_OU_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf. Acesso em: 10 out. 2017
- TONET, I. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013.
- TONET, I. Atividades educativas emancipadoras. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2014.
- TOURAINÉ, A. **O que é democracia?** Trad. De Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis- RJ: Vozes, 1996.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: volume 1: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular 2 (2005).
- VALENTE, J.A. **A espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos.** In: JOLY, M. C. (ed.) Tecnologia no Ensino: implicações para a aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo Editora, 2002a, p. 15-37.
- VALENTE, J.A. **Aprendizagem por projeto: o fazer X o compreender.** Artigo não publicado da Coleção Série Informática na Educação – TV Escola, 2002b.
- VIANA, N. Adorno: **Emancipação e educação.** Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. n. 4. maio/out. 2005.
- VONSIMSON, O. (org.). **Experimentos com Histórias de Vida.** SP: Vértice, 1988.
- ZANCHETTA JR., J. **Estudos sobre recepção midiática e educação no Brasil.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1455-1475, set./ dez. 2007.